



PREFEITURAMUNICIPAL DEIPATINGA

Sede Provisória - Avenida Carlos Chagas, 789 - Cidade Nobre Ipatinga – MG
CEP: 35.162-359 CNPJ:19.876.424/0001-42 - Telefone:(31) 3829-8000

EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COMPRASNET N.º 90062/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 8036/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 062/2025 - SMAS

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS,
ENQUADRADOS NO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos de refrigeração para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Critério de julgamento: Menor Preço por item

Orçamento estimado: Não sigiloso

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Obtenção do Edital: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis para acesso dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Ipatinga, no *link* licitações (ipatinga.mg.gov.br/licitacoes) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (pncp.gov.br).

Recebimento das Propostas **exclusivamente por meio eletrônico**: até às 07h59 do dia 08/10/2025.

Abertura das Propostas e sessão de lances: a partir das 08h00 do dia 08/10/2025.

Recebimento dos documentos de habilitação: apenas da Licitante Vencedora, mediante convocação **em meio eletrônico**.

Referência de tempo: Horário de Brasília.

CÓDIGO UASG: 984625



PREFEITURAMUNICIPAL DEIPATINGA

Sede Provisória - Avenida Carlos Chagas, 789 - Cidade Nobre Ipatinga – MG
CEP: 35.162-359 CNPJ:19.876.424/0001-42 - Telefone:(31) 3829-8000

INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE
ANEXOS:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIAS;
- b) ANEXO II - MODELO PROPOSTA COMERCIAL;
- c) ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO.

1. DO PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE IPATINGA**, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 062/2025 – SMAS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é aquisição e instalação de equipamentos de refrigeração para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

2. DA LEGISLAÇÃO

2.1. O presente Pregão Eletrônico reger-se-á basicamente segundo seu objeto, pelas normas deste Edital e seus Anexos, pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decretos Municipais n.º 10.792/2023, 10.793/2023, 10.797/2023 e Leis Complementares n.º 123/2006, n.º 147/2014 e demais normas pertinentes.

3. DO OBJETO

3.1. Constitui objeto da presente Licitação a aquisição e instalação de equipamentos de refrigeração para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da presente aquisição ocorrerão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, ficha 1550, natureza 4.4.90.52.00, fonte 1.500, vínculo detalhado 1.500.000;
- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ficha 2042, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.660.000.3110, vínculo detalhado 2.660.540.3110;
- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ficha 2042, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.660.000.3110, vínculo detalhado 2.660.541.3110;
- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ficha 2042, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.660.000.3110, vínculo detalhado 2.660.545.3110;
- 2196 - Gestão do SUAS, ficha 2087, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.665, vínculo detalhado 2.665.503.0000;

- 2197 - Proteção Social Básica, ficha 2077, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.706.000.3110, vínculo detalhado 2.706.513.3110.

Do orçamento vigente no Município de Ipatinga e pelas que vierem a substituí-las nos próximos exercícios.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, na Seção de Compras e Licitações - 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Ipatinga, situada na Avenida Carlos Chagas, n.º 789, Bairro: Cidade Nobre, em Ipatinga/MG, em dias de expediente, até às 18:00 horas ou por e-mail para o endereço eletrônico *licitacoes@ipatinga.mg.gov.br* ou *licitacoes.ipatinga@gmail.com*, identificados com o assunto **“Pregão Eletrônico n.º062/2025 - SMAS”**.

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a Licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a abertura do certame.

5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial *www.ipatinga.mg.gov.br/licitacoes*, no link correspondente a esta licitação e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (*pncp.gov.br*), podendo ser acessadas por todos os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6. DA ANUÊNCIA TÁCITA AO EDITAL E ANEXOS

6.1. O protocolo da Proposta implica, independentemente de declaração expressa por parte da Licitante, a aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus Anexos e instruções, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas, gerais ou especiais, aplicáveis. Obriga, ainda, à observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Serão admitidas a participar desta licitação as pessoas jurídicas:

7.1.1. Que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, vedada, expressamente, a formação de consórcios, bem como também é **vedada a participação de**

cooperativas e pessoas físicas.¹

7.2. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do Contrato, direta ou indiretamente:

7.2.1. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.2.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.2.2. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

7.2.5. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

¹ A proibição da participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio se justifica pelo fato de que a contratação futura refere-se a um objeto claramente adequado e compatível com empresas atuantes no setor licitado. Nesse contexto, é comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, na maioria das vezes, atendem aos requisitos mínimos em termos de qualificação fiscal, trabalhista e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza. Isso não restringe, portanto, o universo de possíveis licitantes individuais.

A inexistência de consórcio não prejudicará a competitividade do processo licitatório, uma vez que, normalmente, a formação de consórcios é permitida quando o objeto da licitação envolve questões de grande complexidade ou vulto, nas quais as empresas, isoladamente, não conseguiriam atender aos requisitos de habilitação do edital. Nessas situações, a Administração, com o intuito de ampliar a quantidade de participantes, autoriza a formação de consórcios. Considerando que é prerrogativa do Poder Público, como contratante, decidir pela participação ou não de empresas organizadas sob a forma de consórcio, com a devida justificativa, conforme o que está disposto na Lei nº 14.133/21, especificamente em seu artigo 15, que concede à Administração a faculdade de autorizar consórcios nas licitações que promova, conclui-se que a vedação à constituição de consórcios no caso específico atende melhor ao interesse público, ao fortalecer os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

- 7.2.6. Agente público deste órgão licitante e/ou do órgão contratante,
- 7.2.7. Terceiro que tenha auxiliado na condução desta contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 7.2.8. Pessoa jurídica que estiver sob falência, dissolução ou liquidação, ressalvado o disposto deste Edital;
- 7.2.9. Pessoa jurídica que possua objetivo social incompatível com a execução do objeto deste Edital.
- 7.3. Como condição de verificação do atendimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, será efetuada consulta aos seguintes cadastros:
- 7.3.1. SICAF;
- 7.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes);
- 7.3.3. Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes);
- 7.3.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.3.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 7.3.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.3.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.7. Constatada a existência de sanção, o(a) Agente de Contratação reputará o

licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. O impedimento de que trata o subitem 7.2.3 será também aplicado à Licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da Licitante.

7.5. Constatada a existência de impedimento à participação durante a realização do certame, a Licitante será convocada para manifestação prévia a sua inabilitação no prazo de 02 (dois) dias úteis, admitida a prorrogação, a critério da Administração, mediante solicitação fundamentada.

8. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso no Portal de Compras do Governo Federal, no Sistema Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) através do Sistema Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame, na forma eletrônica.

8.4. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Administração, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA

9.1. A participação no certame ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da Proposta, no valor global do objeto.

9.2. Após a divulgação do Edital, as Licitantes deverão encaminhar Proposta inicial com o valor na Moeda Real até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de Propostas.

9.3. A Proposta deverá indicar sua validade, a qual será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo desta Edital.

9.4. No momento do envio da Proposta a Licitante deverá declarar, por meio do Sistema Eletrônico, em campo específico:

9.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a Proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.4.2. Para fins de verificação de cumprimento do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF, nos termos do Art. 68, inc. VI da Lei Federal n.º 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

9.4.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal;

9.4.4. Que cumpre a reserva de cargos prevista em Lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

9.4.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;

9.4.6. Que a Proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente;

9.4.7. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como de que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, observados os requisitos do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, no caso das Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

9.5. Nos casos de emissão de declaração falsa, a Licitante estará sujeita às sanções penais e administrativas cabíveis.

9.6. Até a abertura da sessão, a Licitante poderá retirar ou substituir a Proposta anteriormente apresentada.

9.7. Ao cadastrar sua Proposta no Sistema Eletrônico, a Licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo “Descrição detalhada do objeto ofertado”.

9.8. A apresentação da Proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

9.9. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

9.11. É de inteira responsabilidade da Licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

9.12. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

9.13. Todos os dados informados pela Licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.14. As Propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico para acesso às demais Licitantes.

10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no Sistema Eletrônico disponível no <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10.2. A operacionalidade do Sistema Eletrônico é de responsabilidade do Departamento de Normas e Sistemas de Logística do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, junto ao qual as Licitantes deverão se informar a respeito do funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

10.3. A Licitante poderá consultar o manual do Fornecedor disponível no Sistema Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais>.

10.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará pelo envio da Proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

10.5. O encaminhamento da Proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico assumindo como firme e verdadeira sua Proposta.

10.6. Caberá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema, pela Administração ou de sua desconexão.

10.7. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao Sistema Eletrônico.

10.8. Se o Licitante encaminhar e-mail, o(a) Pregoeiro (a) transcreverá o texto no chat para conhecimento de todos os participantes do certame.

10.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES

11.1. A abertura da sessão pública desta licitação, conduzida pelo(a) Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no Sistema Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.2. O(a) Pregoeiro verificará as Propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3. A desclassificação da Proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

11.4. O Sistema ordenará automaticamente as Propostas classificadas.

11.5. Classificadas as Propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, quando então as Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema, com valor correspondente ao VALOR DO ITEM.

11.5.1. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no Sistema, vedada a desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro.

11.6. As Licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

11.6.1. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo Sistema;

11.6.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro pelo Sistema;

11.6.3. Os lances a serem ofertados devem corresponder ao VALOR GLOBAL DO ITEM da Proposta.

11.6.4. Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa aberta. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pela própria Licitante.

11.6.5. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R\$5,00 (cinco reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.6.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.7. O modo de disputa adotado no presente certame é o aberto e fechado e será conduzido conforme operacionalização do Sistema disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.9. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o Sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10. No procedimento de que trata o subitem supra, a Licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.11. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será

sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o Sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o Sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.14. Definida a melhor Proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º (segundo) lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.15. Após o reinício previsto no subitem supra, as Licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

11.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º (primeiro) lugar.

11.17. Durante o transcurso da sessão pública, a Licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

11.18. Na sessão pública de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pela Licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível, este poderá, motivadamente, ser excluído do Sistema.

11.19. Na hipótese de o Sistema Eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.20. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Sistema Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.21. Encerrada a sessão pública de lances, o Sistema divulgará o nome da Licitante detentora do menor valor.

11.22. Nas licitações em que esteja configurado empate em 1º (primeiro) lugar, será realizada disputa final entre as Licitantes remanescentes empatadas, que poderão apresentar nova Proposta em ato contínuo a classificação.

11.23. Mantido o empate após a disputa final de que trata o subitem anterior, as Propostas serão desempatadas por meio dos demais critérios estabelecidos no Art. 60, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art. 37, §§1º e 2º do Decreto Municipal n.º 10.797/2023.

11.23.1. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação dos critérios previstos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, estes só serão adotados quando houver regulamentação municipal específica em cada caso, que afastem o caráter subjetivo da tomada de decisão.

11.23.2. Se, mesmo após a aplicação dos procedimentos previstos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ainda persistir o empate, será realizado sorteio público para fins de desempate;

11.23.3. Será informado no chat da sessão pública a data, hora e local do sorteio, que será realizado por videoconferência, de modo que os interessados poderão acompanhar o sorteio por meio de acesso do aplicativo “Google Meet”, cujo link de acesso será também disponibilizado via chat durante a sessão pública ou outro meio equivalente, a ser comunicado pelo pregoeiro.

11.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da Proposta do 1º (primeiro) colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.25. O(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.25.1. A negociação será realizada por meio do Sistema e poderá ser acompanhada pelos demais Licitantes.

11.25.2. Quando o 1º (primeiro) colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua Proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais Licitantes classificados, exclusivamente por meio do Sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de Propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

11.25.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo de contratação.

11.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.25.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. O(a) Pregoeiro verificará se a Licitante provisoriamente classificada em 1º (primeiro) lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste Edital.

12.1.1. A Licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por ausência de condição ou impedimento à participação no certame.

12.1.2. Constatada a ausência de condições ou impedimentos à participação na licitação, a Licitante será reputada inabilitada.

12.2. Caso a Licitante provisoriamente classificada em 1º (primeiro) lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o(a) Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício nos termos da Lei e deste Edital.

12.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro examinará a conformidade da Proposta classificada em 1º (primeiro) lugar.

12.4. O critério de julgamento das Propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências deste Edital, seus Anexos e o valor estimado.

12.4.1. No certame serão analisados os preços unitários constantes na Proposta. Portanto, quando da avaliação da aceitabilidade da Proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item.

12.4.2. Os preços unitários dos itens constantes das Propostas não podem exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado no **Anexo I** deste Edital.

12.4.3. A verificação da conformidade das Propostas será feita exclusivamente em relação à Proposta mais bem classificada.

12.4.3. O licitante deverá encaminhar **no prazo de 02 (duas) horas** contados a partir da solicitação, a **PROPOSTA AJUSTADA** ao último lance ofertado, anexando na opção "Enviar anexo".

12.4.4. Nesse momento, deverá ser juntada a proposta em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

12.4.5. **A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA CONFORME MODELO ESPECIFICADO NO ANEXO II DESTE EDITAL E DE ACORDO AS SEGUINTE**

EXIGÊNCIAS:

12.4.5.1. Sem emendas, rasuras ou entrelinhas, digitada em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente, podendo as demais serem apenas rubricadas, contendo:

12.4.5.1.1. Nome ou razão social, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome do funcionário da empresa para contato, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda.

12.4.5.1.2. Nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto.

12.4.5.1.3. Preço expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se **após a vírgula 02 (duas) casas decimais**, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver. A Proposta deverá ser elaborada de maneira que ao final dos lances e da negociação **não haja dízima periódica**.

12.4.5.1.4. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

12.4.5.1.5. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

12.4.5.1.6. As especificações detalhadas dos produtos, indicando no que for aplicável: marca, modelo, número de série, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, e demais elementos pertinentes.

12.4.5.1.7. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

12.4.5.1.8. Caso o prazo de que trata o item anterior não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceite para efeito de julgamento.

12.4.5.1.9. Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nelas.

12.4.5.1.10. No encaminhamento da Proposta Ajustada é expressamente vedada toda e qualquer inovação na natureza do objeto ou nos demais elementos a ele relacionados.

12.4.5.1.11. **A Proposta Ajustada deverá apresentar todas as informações constantes no modelo do ANEXO II deste Edital.**

12.4.5.1.12. Não será aceito produto divergente do estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital, sob pena de desclassificação da proposta e, ainda, das sanções cabíveis. Nos casos de omissões de especificações na proposta será interpretado que o objeto ofertado atende as especificações solicitadas no Edital.

12.5. Será DESCCLASSIFICADA a Proposta que:

12.5.1. Contenha vícios insanáveis;

12.5.2. Não obedeça às especificações técnicas previstas neste Edital;

12.5.3. Apresente preço inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

12.5.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

12.5.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

12.5.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.5.7. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

12.5.7.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.5.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.5.8. O(a) Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das Propostas ou exigir das Licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no §2º do Art. 59 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.5.9. É facultado ao(à) Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da Proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo.

12.5.10. A Licitante intimada para prestar qualquer esclarecimento adicional ou correção

de impropriedades deverá fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro.

12.5.11. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta.

12.5.12. A desclassificação da Proposta será fundamentada e registrada no Sistema, disponível em tempo real para todas as Licitantes.

12.5.13.Em caso de desclassificação da Proposta de Preços de menor preço proceder-se-á à análise da Proposta de Preços imediatamente mais vantajosa, sem prejuízo do exercício do direito de preferência a que se refere o subitem 11.22.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A Licitante classificada em 1º (primeiro) lugar deverá providenciar o envio da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, juntamente com os documentos da Proposta de Preços, no prazo de 02 (duas) horas** contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, os documentos abaixo:

13.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que contemple os documentos exigidos abaixo.

13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.2.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

13.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor (na íntegra acompanhado de todas as alterações contratuais ou a última Alteração Contratual Consolidada, se houver), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

13.2.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações;

13.2.4. Ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

13.2.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

13.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

13.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

13.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

13.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

13.3.6. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por parte de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, o(a) Pregoeiro julgará habilitadas a ME/EPP, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.6.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento pelo interessado, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista;

13.3.6.2. A não regularização da documentação fiscal e trabalhista por parte das Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.4.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias anteriores a data da entrega das propostas, OU Certidão Positiva de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada do documento abaixo:

13.4.1.1. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial exigida no item anterior, ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro Contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

13.5. DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

13.5.1. **Declaração** de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal, no que diz respeito ao trabalho de menores.

13.5.2. **Declaração** de que está ciente da obrigação de informar a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, na forma do art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021.

13.5.3. **Declaração** de que cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, de que concorda com as condições contidas no termo de referência e seus anexos, bem como a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos e ainda que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. (modelo Anexo IV)

13.5.4. **Declaração** de que na data prevista para a abertura da sessão pública, a licitante preenche os requisitos previstos pela Lei Complementar nº 123/2026 para se enquadrarem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e que ainda não celebrou contrato com o poder público cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Com essa declaração, a licitante poderá se valer dos benefícios previstos em Lei.

13.5.5. **Declaração (ou atestado) da visita técnica ou de conhecimento dos locais da instalação conforme modelo do Anexo II do Termo de Referências.**

13.6.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.6.1.A licitante deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitida por pessoa jurídica de natureza pública ou privada, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, poderá ser substituída, no que couber, pelo registro cadastral ou documentação constante no SICAF.

14.2. Na hipótese de a Licitante vencedora ser considerada inabilitada, serão requeridos e analisados a Proposta e os documentos de habilitação da Licitante subsequente, por ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados neste Edital, até que se obtenha uma Licitante habilitada.

14.3. O prazo estipulado para envio dos documentos poderá ser prorrogado, quando solicitado pela Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.4. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.5. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz.

14.6. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais.

14.7. Se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerão todas as suas filiais.

14.8. As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

14.9. Não serão aceitos pelo(a) Pregoeiro(a) “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

15. DAS RESPONSABILIDADES

15.1. DO LICITANTE VENCEDOR

15.1.1. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, dentro do prazo e condições estabelecidas, conforme solicitação emitida pelo Município de Ipatinga.

15.1.2. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, empreendendo as melhores práticas, observando as normas técnicas aplicáveis, primando sempre pela qualidade e atenção às especificidades indicadas pelo Município de Ipatinga.

15.1.3. Fornecer garantia técnica ao objeto pelo período determinado, sob a sua exclusiva responsabilidade, em razão da correção de problemas/defeitos identificados pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização da entrega.

15.1.4. Responder pelos danos diretos ou indiretos causados ao município de Ipatinga ou a terceiros, de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto ou posteriores à execução, mas que dela decorram, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento exercido pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização da entrega.

15.1.5. Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e a qualificação técnica especificadas no Termo de Referência, durante a execução do objeto.

15.1.6. Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto.

15.1.7. Substituir e/ou reparar às suas expensas o objeto, nos quais se verificarem defeitos e/ou mau funcionamento de qualquer natureza, a partir do conhecimento da demanda, devidamente informada pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização da entrega ao Centro de Atendimento Técnico da licitante vencedora, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação formal.

15.1.8. Não fornecer o objeto de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já, exime o Município de Ipatinga de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitada em seu nome por elementos não credenciados.

15.1.9. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

15.1.10. Responsabilizar-se pelo bom desempenho e comportamento de seu pessoal, podendo a Secretaria de Assistência Social exigir imediata substituição de qualquer elemento cuja atuação seja inadequada.

15.1.11. As empresas que participarem como ME/EPP/MEI, deverão informar ao Município se os valores somados aos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-

calendário extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

15.2. DO MUNICÍPIO

15.2.1.Orientar a contratada quanto à execução do objeto.

15.2.2.Fornecer e garantir à contratada, todos os elementos e informações pertinentes que se fizerem necessários à correta execução do objeto.

15.2.3.Permitir o acesso da contratada nas suas dependências, de acordo com as normas e procedimentos de controle interno para acesso.

15.2.4.Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa à execução do objeto, em face das condições contratadas.

15.2.5.Indicar os profissionais da Administração que acompanharão, fiscalizarão e atestarão à execução do objeto.

15.2.6.Remunerar a contratada nas condições contratadas, exclusivamente aos serviços corretamente prestados.

15.2.7.Rejeitar, e em decorrência de tal, devolver o objeto já executado, total ou parcialmente, e ao seu exclusivo critério, solicitar que sejam empreendidas pela licitante vencedora, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que a execução do objeto apresente qualquer inconformidade em relação ao contratado e/ou não atenda às necessidades específicas do Município de Ipatinga.

15.2.8.Comunicar formalmente à contratada, qualquer irregularidade na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigir falhas ou irregularidades encontradas.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez)

minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DO ENCERRAMENTO

17.1. Definido o resultado de julgamento, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

17.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

17.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

17.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

17.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2.DA FISCALIZAÇÃO

17.2.1.A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

17.2.2.O representante da Administração Municipal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.2.3.As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

17.2.4.Fica designada como fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto a servidora Aguida Cristina Anicio – Mat. 141851-4.

17.2.6.A designação dos fiscais e gestor do contrato deverá ser publicada em ato específico no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ipatinga no momento da Homologação do certame.

17.2.DO PAGAMENTO

17.2.1.O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

- a) Em moeda corrente;
- b) Em até trinta dias subsequentes à data de apresentação do Documento Fiscal relativo ao objeto efetivamente entregue, devendo a mesma estar assinada por funcionário autorizado para o recebimento, emitida em nome do Município de Ipatinga e atestada pela unidade requisitante;
- c) No corpo do Documento Fiscal deverá constar o número da conta bancária e agência onde será efetuado o crédito para quitação da mesma, bem como o número da **Nota de Empenho**;

17.2.2.A Nota Fiscal deverá ser emitida pela contratada vencedora com o mesmo CNPJ constante dos documentos apresentados no envelope B “Habilitação”, não se admitindo outro CNPJ, de filial ou da matriz;

17.2.3.No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número da conta e agência bancária onde deverá ser efetuado o crédito para quitação da mesma, bem como o número da Nota de Empenho.

17.2.4.O prazo para pagamento será efetivamente contado a partir do momento em que a contratada apresentar corretamente o documento fiscal e as demais documentações, conforme exigidas para habilitação no processo licitatório e cumprir integralmente as condições contratadas;

17.2.5.Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

17.2.6.Consideram-se incluídas nos preços contratados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza; e outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto;

17.2.7.O pagamento será efetuado de acordo com as respectivas quantidades fornecidas do item, após a comprovação da entrega dos mesmos nas condições exigidas.

18. DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

18.1. No caso de atraso no pagamento, os preços serão atualizados pelo IPCA- Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo, calculado “*pro-rata tempore*” entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento.

18.2. A atualização dos preços por atraso de pagamento só será feita nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade do Município de Ipatinga.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA FASE LICITATÓRIA

19.1. Sem prejuízo da aplicação das regras previstas no Capítulo I – Título IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, comete infração administrativa passível de sanção a Licitante que:

- 19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.2. Não manter a Proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- 19.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;
- 19.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.5. Fraudar a licitação;
- 19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.8. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

19.2. Com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às Licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções:

- 19.2.1. Sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei , não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os

seguintes parâmetros:

19.2.1.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

19.2.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.2.1.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.2.1.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.2.1.1.4. No caso de inexecução parcial do Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e no caso de descumprimento de pequena relevância.

19.2.1.2. De 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.2.1.3. De 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

19.2.1.3.1. Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

19.2.1.3.2. Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato;

19.2.1.3.3. Comportamento inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.2.1.3.4. Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.2.1.3.5. Prática de ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013;

19.2.1.3.6. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.2.1.3.7. Dar causa à inexecução total do objeto do Contrato.

19.2.2. Nos Contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos, para cálculo da multa compensatória, incidirá sobre o valor estimado da contratação.

19.2.3. Na hipótese em que o Licitante ou contratado deixar de pagar a multa aplicada na forma do instrumento convocatório ou no Contrato, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

19.2.3.1. Se a multa aplicada for superior ao valor das parcelas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o Licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente

atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

19.2.3.2. Inexistindo parcelas subsequentes ou sendo insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia prestada;

19.2.3.3. Não sendo possível realizar o desconto a que se refere o inciso II do caput deste Artigo, o crédito correspondente será inscrito em Dívida Ativa.

19.2.3.4. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.3. Impedimento de licitar e contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ipatinga, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos moldes do Art. 156, §4º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 10.800/2023;

19.3.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos moldes do Art. 156, §5º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 10.800/2023.

19.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos subitens 19.2.2 e 19.2.3 deste Edital.

19.5. A instauração do processo administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de sanções será processada de acordo com o disposto no Decreto Municipal n.º 10.800/2023.

19.6. Caberá recurso em face da decisão de aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial Eletrônico do Município.

19.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

19.8. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial Eletrônico do Município.

19.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

20.1. Os objetos deverão ser entregues na Seção de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ipatinga – SEPAT, situada na Rua Ricardo Caran Guimarães, número 255, Bairro Veneza, Ipatinga – MG, CEP: 35164-554 telefone 3829- 8223 no horário de 8 às 17hs.

20.2. A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, sendo devidamente justificado por escrito, mediante autorização da autoridade superior e desde que por motivo inevitável, em relação à vontade da Licitante Vencedora e isento de má-fé.

20.3. Observado o disposto no artigo 140 da Lei Federal n.º 14133/2021, a solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência do objeto do contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

20.4. Os responsáveis pela fiscalização encaminharão documentos contendo as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

20.5. Os responsáveis pela fiscalização anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização de possíveis faltas ou defeitos observados.

20.6. Por ocasião da entrega do objeto, a contratada ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, ficando responsável pelas consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.

21. DA GARANTIA

21.1. O objeto deverá ter garantia total contra defeitos de acordo com o estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da Licitação e durante a(s) sessão(ões) pública(s) observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

22.2. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, usando sobretudo a razoabilidade e proporcionalidade nas decisões, desde que não frustre a essência do Pregão, evitando justamente que formalismos desnecessários procrastinem os fins perseguidos pela Administração.

22.3. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da Proposta submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

22.4. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

22.5. As informações constantes neste Edital foram transcritas do Termo de Referência – Anexo I do Edital, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido. Em caso de divergência entre os documentos acima mencionados, inclusive no que se refere às informações constantes do Sistema ComprasGov, prevalecem aqueles definidos no Termo de Referência.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Ipatinga.

22.7. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação da Licitante ou a compreensão do conteúdo de sua Proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, conforme previsão do Art. 12, inc. III, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

22.8. A Contratada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que



PREFEITURAMUNICIPAL DEIPATINGA

Sede Provisória - Avenida Carlos Chagas, 789 - Cidade Nobre Ipatinga – MG
CEP: 35.162-359 CNPJ:19.876.424/0001-42 - Telefone:(31) 3829-8000

serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

22.9. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta licitação, fica eleito o foro da Comarca de Ipatinga, com exclusão de qualquer outro.

Ipatinga, 23 de setembro de 2025

Flavio Christian De Assis Miranda
Secretário Municipal de Assistência Social

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 062/2025 - SMAS

1 – OBJETO

Constitui objeto do presente termo a aquisição e instalação de equipamentos de refrigeração para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, conforme relacionado a seguir:

ITEM	CÓD. SMAR	CÓD. COMPR ASNET	DESCRIÇÃO	QT DE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
1	2.31.20.0188.2	407629	AR CONDICIONADO SPLIT MODELO: HI WALL (DE PAREDES); CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA 12.000 BTUS, NÚMERO DE VELOCIDADES: MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO: REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO ; FUNÇÃO ESPECIAL: TEMPORIZADOR + TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 110V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE : GÁS ECOLÓGICO R-410A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA.	1	R\$ 2.969,50	R\$ 2.969,50
2	2.31.20.0027.4	397100	AR CONDICIONADO SPLIT - MODELO: HI WALL (DE PAREDE); CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA: 12.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES: MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO: REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; FUNÇÃO ESPECIAL: TEMPORIZADOR+TIMER+SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 220V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE: GÁS ECOLÓGICO R-410A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA.	22	R\$ 2.900,00	R\$ 63.800,00
3	2.31.20.0038.0	611340	AR CONDICIONADO SPLIT - MODELO: HI WALL (DE PAREDE); INVERTER, CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA: 18.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES; MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO:REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; FUNÇÃO ESPECIAL; TEMPORIZADOR +TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 220V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE; GÁS ECOLÓGICO R-410 A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A TOTAL INSTALAÇÃO.	2	R\$ 3.165,00	R\$ 6.330,00
4	2.31.20.0206.4	340439	AR CONDICIONADO 24.000 BTUSAR CONDICIONADO SPLIT- MODELO: HI WALL (DE PAREDE); INVERTER, CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA:24.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES; MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; FUNÇÃO ESPECIAL: TEMPORIZADOR TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 220V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE; GÁS ECOLÓGICO R-410 A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A TOTAL INSTALAÇÃO.	1	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
5	2.31.20.0001.0	337620	AR CONDICIONADO SPLIT. MODO FRIO. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 36000 BTUS . INCLUI CONDESADORA E UNIDADE EVAPORADORA. MODELO PISO-TETO. GÁS REFRIGERANTE R410A. 220V . CLASSIFICAÇÃO ENÉRGICA: A	2	R\$ 7.618,72	R\$ 15.237,44
6	2.31.20.0056.8	607317	AR CONDICIONADO SPLIT. MODO FRIO. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 48.000 BTUS . INCLUI CONDESADORA E UNIDADE EVAPORADORA. MODELO PISO-TETO. GÁS REFRIGERANTE R410A. 220V . CLASSIFICAÇÃO ENÉRGICA: A	1	R\$ 9.469,72	R\$ 9.469,72
						R\$ 102.306,66

LOCAL DE INSTALAÇÃO	QTDE
ASSOCIAÇÃO PROJETO DE DEUS Rua Salto Ozório, 189, Vila Formosa, Ipatinga – MG	5
AÇÃO SOCIAL SOS FAMÍLIA - Rua Macabeus, 1177, Canaã, Ipatinga – MG - Rua Von Goethe, 123, Cidade Nobre, Ipatinga – MG - Rua Brás Cubas, 44, Bom Retiro, Ipatinga – MG	10
CASA DE ACOLHIMENTO PARUSIA Avenida João Valentim Pascoal, 40, Centro, Ipatinga – MG	2
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social Rua Pouso Alegre, 34, Centro, Ipatinga – MG	1
LAR DIVINA PROVIDÊNCIA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO Rua Antônio Frederico Ozanam, 95, Iguçu, Ipatinga – MG	10
FAMÍLIA ACOLHEDORA Rua Juiz de Fora, 52, 5º andar, sala 505, Galeria Êxito, Centro, Ipatinga – MG	1

2 – JUSTIFICATIVAS

O município de Ipatinga recebeu recursos oriundos das Emendas Federais, através do sistema do Governo Federal denominado SIGTV.

As emendas de números:

202327560001 – Associação Projeto de Deus;

202427640010 – Lar Divina Providência da Sociedade de São Vicente de Paulo;

202427640010 – Casa de Acolhimento Parusia;

202327590001 – Ação Social SOS Família.

As referidas emendas são destinadas a estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Os recursos das Emendas Parlamentares, estão fundamentados pela Portaria Ministerial n.º 580 de dezembro de 2021 que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências.

A Lei Municipal número 4.845, de 22 de março de 2024 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no

âmbito do Município, o Conselho Municipal de Assistência Social de Ipatinga – CMA SI, e o Fundo Municipal de Assistencial – FMAS. Rege-se pelos seguintes princípios, conforme Art. 3º:

I - Universalidade: todos têm direito à proteção Social socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e a autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II – Gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

III – Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V – Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VI – Supremacia do atendimento às necessidades sociais, sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalências às populações urbanas e rurais;

X – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;

Por esses princípios é possível perceber que a Assistência Social é um elemento essencial na promoção do bem-estar e na garantia de direitos básicos, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. Sua importância está em vários aspectos tais como proteção Social, promoção da dignidade humana, inclusão

social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de risco, redução da violência e da criminalidade, garantia de direitos, desenvolvimento sustentável.

Devido a relevância dos serviços prestados à população é importante que os equipamentos estejam equipados, com condições ambientais e confortáveis para atendimento.

Justifica-se a aquisição dos equipamentos aparelhos de ar condicionado devido à necessidade de manter a climatização das salas onde funcionam os serviços de atendimento dos equipamentos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, pois os mesmos possuem equipamentos de informática em ambiente sem refrigeração podendo sofrer danificações.

A ausência de um ambiente climatizado tem prejudicado o desenvolvimento das atividades, uma vez que a Região do Vale do Aço é muito quente e o calor interfere nos atendimentos prestados aos indivíduos e famílias que são atendidas nos equipamentos da SMAS. Além de proporcionar um desconforto aos servidores que ali executam suas atividades laborativas.

A aquisição dos aparelhos de ar condicionado visa garantir proporcionar um ambiente climatizado, saudável, agradável e acolhedor aos servidores e usuários dos serviços. Possibilitando a melhoria no atendimento, qualidade e maior produtividade.

Os aparelhos de ar condicionado serão instalados na sala do Serviço de Acolhimento Família Acolhedora, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e nas Organizações da Sociedade Civil que integram o SUAS de Ipatinga, as quais são: Ação Social SOS Família, Associação Projeto de Deus, Casa de Acolhimento Parusia e Lar Divina Providência da Sociedade de São Vicente de Paulo, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742, de 1993.

A modalidade de licitação adotada é o Pregão Eletrônico, uma vez que a natureza da aquisição pretendida é comum na forma definida pelo Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal nº 3.555/00 Leis Federais nº 10.520/02 e nº 14.133/2021 e Decretos Municipais n.º 9.249/2020 e nº10.797/2023.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS E QUANTITATIVO

Aquisição de equipamentos de refrigeração, conforme descrições no Item 1. O preço de referência máximo a ser registrado para os produtos relacionados é o preço médio apurado na pesquisa de mercado realizada pela Administração.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os valores de referência estimados para a presente aquisição perfazem o valor global de R\$ 102.306,66 (cento e dois mil e trezentos e seis reais e sessenta e seis centavos), que foram balizados pelos orçamentos anexos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente aquisição ocorrerão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, ficha 1550, natureza 4.4.90.52.00, fonte 1.500, vínculo detalhado 1.500.000;
- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ficha 2042, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.660.000.3110, vínculo detalhado 2.660.540.3110;
- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ficha 2042, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.660.000.3110, vínculo detalhado 2.660.541.3110;
- 2193 - Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ficha 2042, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.660.000.3110, vínculo detalhado 2.660.545.3110;
- 2196 - Gestão do SUAS, ficha 2087, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.665, vínculo detalhado 2.665.503.0000;
- 2197 - Proteção Social Básica, ficha 2077, natureza 4.4.90.52.00, fonte 2.706.000.3110, vínculo detalhado 2.706.513.3110;

Do orçamento vigente no Município de Ipatinga e pelas que vierem a substituí-las nos próximos exercícios.

6 – DOS CRITERIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

6.1 – Visita Técnica é facultativa aos locais de instalação

Como condição prévia à apresentação da proposta, os fornecedores interessados poderão realizar visita técnica aos locais de instalação, com o objetivo de verificar as condições físicas, elétricas e estruturais.

A visita, caso entenda necessária pelo licitante, deverá ser agendada com os responsáveis pelas unidades, conforme indicado no **Anexo I – Local de Instalação**, onde no final receberá a **Declaração de Visita Técnica** (a ser fornecida pelo Município).

6.2 – Condições de participação:

Poderão participar fornecedores que:

- Comproven capacidade técnica para fornecimento e instalação dos equipamentos (conforme item DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA);
- Apresentem a declaração de visita técnica ou de conhecimento dos locais (modelo Anexo II desse TR);
- Atendam às exigências legais e fiscais previstas no edital.

A ausência da visita ou da declaração de conhecimento dos locais implicará na desclassificação da proposta/inabilitação da licitante.

7 – DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo:
 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;
 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (na íntegra acompanhado de todas as alterações contratuais ou a última Alteração Contratual Consolidada, se houver) devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para processamento do Pregão;
- c) Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST n.º 1.470/2011.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou Certidão Positiva de Falência

ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada do documento abaixo:

b) Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial exigida no item anterior, ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, ou documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitida por pessoa jurídica de natureza pública ou privada, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto.

DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a) **Declaração** de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal, no que diz respeito ao trabalho de menores.
- b) **Declaração** de que está ciente da obrigação de informar a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, nas formas da Lei 14.133/21.

8 – DA FISCALIZAÇÃO

- A entrega será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- O representante da Administração Municipal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- Ficam designados conforme artigo 140 da Lei Federal n.º 14133/2021, como fiscal para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto.

A unidade fiscalizadora será a Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio do servidor AGUIDA CRISTINA ANICIO – Mat. 141851-4.

A designação do fiscal para acompanhar e fiscalizar o fornecimento oriundo do processo licitatório deverá ser publicada em ato específico no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ipatinga no momento da Homologação do certame.

9 – DAS RESPONSABILIDADES

DA LICITANTE VENCEDORA

- Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, dentro do prazo e local estabelecidos, conforme solicitação emitida pelo Município de Ipatinga.
- Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, empreendendo as melhores práticas, observando as normas técnicas aplicáveis e as orientações do fabricante, primando sempre pela qualidade e atenção às especificidades indicadas pelo Município de Ipatinga.
- Fornecer garantia técnica ao objeto pelo período determinado, sob a sua exclusiva responsabilidade, em razão da correção de problemas/defeitos identificados pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização da entrega.
- Responder pelos danos diretos ou indiretos causados ao município de Ipatinga ou a terceiros, de sua culpa ou dolo, quando esses tenham sido ocasionados em atividades inerentes à execução do objeto.
- Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e a qualificação técnica especificadas no Termo de Referência, durante a execução do objeto.
- Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto.
- Substituir e/ou reparar às suas expensas o objeto, nos quais se verificarem defeitos e/ou mau funcionamento de qualquer natureza, a partir do conhecimento da demanda, devidamente informada pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização da entrega ao Centro de Atendimento

Técnico da licitante vencedora, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação formal.

- Não efetuar, em qualquer hipótese, fornecimento de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já, exime o Município de Ipatinga de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitada em seu nome por elementos não credenciados.

DO MUNICÍPIO DE IPATINGA

- Orientar a licitante vencedora quanto ao fornecimento do objeto.
- Fornecer e garantir à licitante vencedora, todos os elementos e informações pertinentes que se fizerem necessários à correta execução do objeto.
- Permitir o acesso da licitante vencedora nas suas dependências, seja para fornecer os bens adquiridos, como para a execução da garantia técnica, destinada à correção de problemas/defeitos de fabricação e mau funcionamento dos mesmos, devidamente identificados pelo representante da Administração especialmente designado para fiscalização da entrega e informados ao Centro de Atendimento Técnico da licitante vencedora, em observância às condições contratadas.
- Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa à execução do objeto, em face das condições contratadas.
- Indicar os profissionais da Administração que acompanharão, fiscalizarão e atestarão à entrega do objeto.
- Remunerar a licitante vencedora nas condições contratadas, exclusivamente ao objeto corretamente entregue.
- Rejeitar, e em decorrência de tal, devolver o objeto já executado, total ou parcialmente, e ao seu exclusivo critério, solicitar que sejam empreendidas pela licitante vencedora, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que a execução do objeto apresente qualquer inconformidade em relação ao contratado e/ou não atenda às necessidades específicas do Município de Ipatinga.
- Comunicar formalmente à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no objeto.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- Os objetos deverão ser entregues na Seção de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ipatinga – SEPAT, situada na Rua Ricardo Caran Guimarães, número 255, Bairro Veneza, Ipatinga – MG, CEP: 35164-554 telefone 3829- 8223 no horário de 8 às 17hs.
- A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, sendo devidamente justificado por escrito, mediante autorização da autoridade superior e desde que por motivo inevitável, em relação à vontade da Licitante Vencedora e isento de má-fé.
- Observado o disposto no artigo 140 da Lei Federal n.º 14133/2021, a solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência do objeto do contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Os responsáveis pela fiscalização encaminharão documentos contendo as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.
- Os responsáveis pela fiscalização anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização de possíveis faltas ou defeitos observados.
- Por ocasião da entrega do objeto, a contratada ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, ficando responsável pelas consequências originadas de acidentes ou ocorrências que se verificarem por culpa ou dolo de seus prepostos.

11 – DA GARANTIA

- O objeto deverá ter garantia total contra defeitos de acordo com o estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), pelo prazo mínimo de 12 meses.

12 – DO PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado nas seguintes condições:
 - a) Em moeda corrente;
 - b) Em até 30 (trinta) dias subsequentes à data de apresentação do Documento Fiscal relativo ao objeto efetivamente entregue, devendo a mesma estar assinada por funcionário autorizado para o recebimento, emitida em nome do Município de Ipatinga e atestada pela unidade requisitante;

- c) No corpo do Documento Fiscal deverá constar o número da conta bancária e agência onde será efetuado o crédito para quitação da mesma, bem como o número da Nota de Empenho e se recurso federal número referente ao convênio ou emenda.
- O prazo para pagamento será efetivamente contado a partir do momento em que a licitante vencedora apresentar corretamente o Documento Fiscal e as demais documentações, conforme exigidas para habilitação no processo licitatório e cumprir integralmente as condições contratadas;
 - Em caso de irregularidade no Documento Fiscal pela licitante vencedora, o prazo de pagamento, sem alteração do seu valor, será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;
 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso de pagamento;
 - Consideram-se incluídas nos preços contratados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza; e outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto;
 - O Documento Fiscal deverá ser emitido pela licitante vencedora, contendo obrigatoriamente o n.º de inscrição no CNPJ da efetiva empresa constante dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO, não se admitindo outro CNPJ, de filial ou da matriz;
 - O pagamento será efetuado de acordo com as respectivas quantidades fornecidas do objeto, após a comprovação da entrega dos mesmos nas condições exigidas.
 - Observadas as disposições do Decreto Municipal N.º10.629/2023, no corpo do documento fiscal ou equivalente deverá ser destacada a retenção do imposto de renda, observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB N.º 1.234 de 2012.
 - As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o art. 4º da IN RFB N.º 1.234/2012.

- Deverá constar no campo “observação” da nota fiscal: Os números das notas de empenho e o número referentes a recursos federais disponibilizado através da Emenda ou convênio.

13 – DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

- No caso de atraso no pagamento, os preços serão atualizados pelo IPCA-Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo, calculado “*pro-rata tempore*” entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento.
- A atualização dos preços por atraso de pagamento só será feita nos casos em que ficar comprovada a responsabilidade do Município de Ipatinga.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo da aplicação das regras previstas no Capítulo I – Título IV, da Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 10.800/2023, comete infração administrativa passível de sanção o proponente que:

- I - Deixar de entregar a documentação exigida;
- II - Não manter a Proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- III - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;
- IV - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante o procedimento;
- V - Fraudar o procedimento;
- VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal N.º 10.800/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

Sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 4º do Decreto Municipal N.º 10.800/2023, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) No caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e no caso de descumprimento de pequena relevância.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

III - De 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou declaração falsa;
- b) Fraude ao procedimento ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual para cálculo da multa compensatória, incidirá sobre o valor estimado da contratação.

Na hipótese em que o contratado deixar de pagar a multa aplicada na forma da contratação, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - Se a multa aplicada for superior ao valor das parcelas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o adjudicatário ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

II - Inexistindo parcelas subsequentes ou sendo insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia prestada;

III - Não sendo possível realizar o desconto a que se refere o item anterior, o crédito correspondente será inscrito em Dívida Ativa.

Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

No caso previsto na letra "f" do subitem III do item 17.2.1., o valor da multa será calculado sobre o saldo remanescente do contrato.

Impedimento de licitar e contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas no subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, ficará a contratada impedida de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ipatinga, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 5º, III do Decreto Municipal n.º 10.800/2023;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas no subitem 17.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, ficará a contratada impedida de contratar âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, §5º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 5º, IV do Decreto Municipal n.º 10.800/2023.

A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas neste contrato e seus anexos.

A instauração do processo administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de sanções será processada de acordo com o disposto no Decreto Municipal n.º 10.800/2023.

Caberá recurso em face da decisão de aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação da decisão condenatória no Diário Oficial do Município (DOM).

O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão condenatória no DOM.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

- O Município de Ipatinga poderá rescindir o contrato ou instrumento equivalente independentemente de qualquer interpelação judicial, por interesse público devidamente qualificado e no caso de a Licitante Vencedora infringir quaisquer dos itens do Edital, ou:

- a) Se cometida qualquer fraude pela empresa;
- b) Quando ficar evidenciada incapacidade, imperícia ou má-fé por parte da empresa na entrega;
- c) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da sua entrega a outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial;
- d) O desatendimento reiterado das determinações da fiscalização;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pela fiscalização;
- f) A dissolução da sociedade da Licitante Vencedora;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Licitante Vencedora, que prejudique o fornecimento;
- h) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva do fornecimento de seu objeto.

15 – DA RESCISÃO

Convencionam as partes na forma da Lei 14.133/21, que este contrato poderá ser extinto de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

- a. Fica assegurado ao Município CONTRATANTE, nos termos e forma que dispuser a Lei 14.133/21, a extinção do presente contrato por ato unilateral e escrito

da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, assegurado ao CONTRATADO o pagamento dos serviços efetivamente realizados a contento, nas condições contratadas.

b. A extinção contratual poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Caberá a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas edilícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal n.º 14.133/21 e de outras normas aplicáveis ao objeto.

O foro para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência será o da Comarca de Ipatinga/MG, com exclusão de qualquer outro.

17 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Adriana Rosa do Nascimento – M129011-9

Tito Salustiano Gomes da Silva – M119757-X



PREFEITURAMUNICIPAL DEIPATINGA

Sede Provisória - Avenida Carlos Chagas, 789 - Cidade Nobre Ipatinga – MG
CEP: 35.162-359 CNPJ:19.876.424/0001-42 - Telefone:(31) 3829-8000

Contato: (31) 38298125

18 – ANEXOS

Anexo I – Locais de instalação

Anexo II – Declaração de conhecimento dos locais de instalação

19 – DATA E APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS constantes no presente Termo de Referência definem os elementos necessários e suficientes para caracterização do objeto, em consonância às exigências legais e ao interesse público.

Nestes termos, APROVO o Termo de Referência.

Ipatinga, 16 de setembro de 2025.

Flavio Christian De Assis Miranda
Secretário Municipal de Assistência Social



PREFEITURAMUNICIPAL DEIPATINGA

Sede Provisória - Avenida Carlos Chagas, 789 - Cidade Nobre Ipatinga – MG

CEP: 35.162-359 CNPJ:19.876.424/0001-42 - Telefone:(31) 3829-8000

ANEXO I – LOCAIS DE INSTALAÇÃO – DO TERMO DE REFERÊNCIAS

LOCAL DE INSTALAÇÃO	QTDE	OBSERVAÇÃO
ASSOCIAÇÃO PROJETO DE DEUS Rua Salto Ozório, 189, Vila Formosa, Ipatinga – MG Responsável: Cintia Contato: 31 986410992 Horário: 09h às 16h	5	3 de 12000 BTUS/220V 2 de 36000BTUS/220V
AÇÃO SOCIAL SOS FAMÍLIA Rua Macabeus, 1177, Canaã, Ipatinga – MG Rua Von Goethe, 123, Cidade Nobre, Ipatinga – MG Rua Brás Cubas, 44, Bom Retiro, Ipatinga – MG Responsável: Gabriela Contato: 31 987250608 Horário: 09h às 16h	10	Rua Macabeus 4 de 12000 BTUS/220V e 1 de 18000 BTUS/220V Rua Von Goethe 2 de 12000 BTUS/220V e 1 de 18000 BTUS/220V Rua Brás Cubas, 44 2 de 12.000 BTUS/220V
CASA DE ACOLHIMENTO PARUSIA Avenida João Valentim Pascoal, 40, Centro, Ipatinga – MG Responsável: Lucas Contato: 31 985572390 Horário: 09h às 16h	2	2 de 12000 BTUS / 220V
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social Rua Pouso Alegre, 34, Centro, Ipatinga – MG Responsável: Priscila Contato: 31 988219853 Horário: 09h às 16h	1	1 de 24000 BTUS/220V
LAR DIVINA PROVIDÊNCIA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO Rua Antônio Frederico Ozanam, 95, Iguaçu, Ipatinga – MG Responsável: César Contato: 31 96327274 Horário funcionamento: 09h às 16h	10	9 de 12000 BTUS/220V 1 de 48000 BTUS/220V
FAMILIA ACOLHEDORA Rua Juiz de Fora, 52, 5º andar, sala 505, Galeria Êxito, Centro, Ipatinga – MG Responsável: Nara Contato: 33 999945546 Horário: 12h às 17h	1	1 de 12000 BTUS/110V



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42
Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (0XX) 31 3829.8000
35162-359 - IPATINGA - MINAS GERAIS

DESU/SMA
FL. RUB.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIAS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO

....., de de 2025.

Ao Município de Ipatinga - MG

A Licitante (razão social) _____, inscrita no CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo) _____, para fins do disposto no inciso VI, do art. 67, da Lei n.º 14.133/2021 e no **Edital de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXI/2025 – SMAS**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)
(ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)

Por ser verdade, firma a presente.

_____, _____, 2025.

Representante da Empresa: _____

Cargo:

Telefone:

E-mail:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42
Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (0XX) 31 3829.8000
35162-359 - IPATINGA - MINAS GERAIS

DESU/SMA
FL. RUB.

ANEXO II – do Edital

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 062/2025 – SMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8036/2025

ITEM	CÓD. SMAR	CÓD. COMPRASNET	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	MARCA/MODELO	VALOR TOTAL
1	2.31.20.0188.2	407629	AR CONDICIONADO SPLIT MODELO: HI WALL (DE PAREDES); CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA 12.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES: MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO: REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO ; FUNÇÃO ESPECIAL: TEMPORIZADOR + TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 110V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE : GÁS ECOLÓGICO R-410A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA.	1			
2	2.31.20.0027.4	397100	AR CONDICIONADO SPLIT - MODELO: HI WALL (DE PAREDE); CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA: 12.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES: MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO: REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; FUNÇÃO ESPECIAL: TEMPORIZADOR+TIMER+SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 220V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE: GÁS ECOLÓGICO R-410A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA.	22			
3	2.31.20.0038.0	611340	AR CONDICIONADO SPLIT - MODELO: HI WALL (DE PAREDE); INVERTER, CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA: 18.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES; MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO: REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; FUNÇÃO ESPECIAL; TEMPORIZADOR +TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 220V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE; GÁS ECOLÓGICO R-410 A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A TOTAL INSTALAÇÃO.	2			
4	2.31.20.0206.4	340439	AR CONDICIONADO 24.000 BTUSAR CONDICIONADO SPLIT-MODELO: HI WALL (DE PAREDE); INVERTER, CICLO: FRIO; CAPACIDADE TÉRMICA: 24.000 BTUS; NÚMERO DE VELOCIDADES; MÍNIMO 3 VELOCIDADES; MODO DE OPERAÇÃO REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; FUNÇÃO ESPECIAL: TEMPORIZADOR TIMER + SWING; FILTRAGEM DE AR: FILTRO ANTIBACTÉRIAS, FUNGOS E ÁCAROS; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: 220V/60HZ ; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: CLASSE A; COMPRESSOR: ROTATIVO; FLUIDO REFRIGERANTE; GÁS ECOLÓGICO R-410 A; SERPENTINA DO EVAPORADOR: COBRE; CONTROLE REMOTO: SEM FIO; CONTEÚDO EXTRA: MANUAL EM PORTUGUÊS; INSTALAÇÃO INCLUSA, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A TOTAL INSTALAÇÃO.	1			
5	2.31.20.0001.0	337620	AR CONDICIONADO SPLIT. MODO FRIO. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 36000 BTUS . INCLUI CONDESADORA E UNIDADE EVAPORADORA. MODELO PISO-TETO. GÁS	2			



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42
Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (0XX) 31 3829.8000
35162-359 - IPATINGA - MINAS GERAIS

DESU/SMA
FL. RUB.

			REFRIGERANTE R410A. 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGICA: A			
6	2.31.20.0056. 8	607317	AR CONDICIONADO SPLIT. MODO FRIO. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 48.000 BTUS. INCLUI CONDESADORA E UNIDADE EVAPORADORA. MODELO PISO-TETO. GÁS REFRIGERANTE R410A. 220V. CLASSIFICAÇÃO ENERGICA: A	1		
TOTAL						R\$ 00,00

No preço estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias ao fornecimento dos equipamentos e à execução dos serviços relativos ao fornecimento, bem como despesas com pessoal, materiais, transporte, impostos e obrigações sociais, trabalhistas e convencionais.

Declaro que o objeto referido na proposta atende às especificações do Edital e Anexos, sendo a licitante abaixo qualificada corresponsável pela garantia dele.

Proposta válida até:/...../. (Não inferior a 90 dias).

Empresa:.....

N.º CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone: (DDD).....-

Conta corrente: n.º..... Agência: n.º.....

N.º do Banco.....

Nome do responsável pela assinatura do contrato:

N.º do CPF do responsável pela assinatura do contrato:.....

N.º de Identidade do responsável pela assinatura do contrato:.....

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) (ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424 / 0001-42
Avenida Carlos Chagas, 789 – Cidade Nobre - Telefone (0XX) 31 3829.8000
35162-359 - IPATINGA - MINAS GERAIS

DESU/SMA
FL. RUB.

ANEXO III – do Edital **MODELO DE DECLARAÇÃO** **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 062/2025 - SMAS**

(Razão social da Empresa) _____ CNPJ n.º
_____ sediada _____

(endereço completo), por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da Lei, que:

a) Atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; (inciso I do art.63 da Lei 14.133/21)

b) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art.63 da Lei 14.133/21)

c) Está ciente e concorda com as condições contidas no termo de referência e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório. (§ 1º do art.63 da Lei 14.133/21).

d) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

_____/ __, ____ de _____ de 2025

(Local e data)

ASSINATURA